



3808 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT11 - Política da Educação Superior

#### ALGUNS INDICADORES DE EVASÃO E RETENÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Mônica Rafaela de Almeida - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ana Carolina Morais Sales - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O trabalho visa apresentar os dados de evasão e retenção de uma universidade federal, no período de 2014 a 2016. Observou-se que o índice de evasão foi de 10%, com predominância nos cursos de Engenharia de Petróleo (27%) e Zootecnia (25%). O índice de retenção foi de 49%, com Zootecnia (88%) e Ecologia (85%) tendo os maiores indicadores. Esses dados indicam a necessidade de acompanhamento mais sistemático desses cursos e apontam a importância da ampliação das políticas de permanência.

#### ALGUNS INDICADORES DE EVASÃO E RETENÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMIÁRIDO POTIGUAR

**Resumo:** O trabalho visa apresentar os dados de evasão e retenção de uma universidade federal, no período de 2014 a 2016. Observou-se que o índice de evasão foi de 10%, com predominância nos cursos de Engenharia de Petróleo (27%) e Zootecnia (25%). O índice de retenção foi de 49%, com Zootecnia (88%) e Ecologia (85%) tendo os maiores indicadores. Esses dados indicam a necessidade de acompanhamento mais sistemático desses cursos e apontam a importância da ampliação das políticas de permanência.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Evasão. Retenção

#### INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro, historicamente, tem se apresentado com uma estrutura que privilegia os interesses da burguesia e exclui as classes trabalhadoras (CHAUÍ, 2003). Mas nos anos recentes tem ocorrido um processo de expansão da educação superior, que se encontra atrelado a um discurso de democratização do acesso (HERING, 2011). Esse contexto de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) é complexo e atravessado por contradições, com interesses de diversas ordens e fazendo parte de um processo social amplo, que perpassa a lógica neoliberal.

Assim, a expansão da educação superior brasileira tem ocorrido através da criação e interiorização de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), da oferta de vagas em IES privadas, da criação de novos cursos e da ampliação de vagas nas IFES já existentes. O que vem promovendo um aumento no quantitativo de matrículas, possibilitando um maior acesso de estudantes da classe trabalhadora ao ensino superior.

Paralelo a esse contexto de expansão e interiorização das IFES e IES privadas tem ocorrido um aumento significativo dos índices de evasão e retenção. A evasão se refere à desistência de permanecer no curso de graduação e a retenção diz respeito a não conclusão do curso de graduação no tempo previsto na estrutura curricular (FORPLAN, 2016).

Isto pode estar indicando que a criação de políticas públicas de expansão e interiorização da educação superior não é suficiente para a democratização desse nível de ensino, pois o simples acesso não garante a continuidade dos estudantes, por isso a necessidade do estabelecimento de estratégias de permanência e qualidade de ensino, com o intuito de diminuir as desigualdades, considerando as questões étnicas, sociais, econômicas, geográficas e de gênero (DIAS, 2010).

Mesmo com o aumento no número de matrículas e um maior acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior, as desigualdades de acesso e permanência ainda representam um grave problema a ser resolvido na educação (HERING, 2011). E essa problemática reflete o amplo histórico de disparidade social existente na sociedade brasileira (PAULA; LAMARRA, 2011).

No Brasil, o acesso ao ensino superior foi se constituindo de forma meritocrática e elitizada, através de processos seletivos com um limitado número de vagas, que eram ocupadas por pessoas que tivessem o melhor desempenho nas provas de aptidão (CORBUCCI, 2007). E mesmo com todas as mudanças ocorridas nos anos últimos, ainda mantém-se um modelo de universidade elitizada, em que a maioria dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (69%) não está inserido nesse nível de ensino (IBGE, 2015).

O percentual dessa população que está matriculada na educação superior brasileira é de apenas 17,6%. O estado que apresenta o maior percentual é o Distrito Federal, com 33,6%; seguido dos estados de Santa Catarina, com 24,9%; Paraná, que tem 22,2%; Mato Grosso, com 22,1% e São Paulo, que apresenta 21,4% (INEP, 2016). Esses dados indicam como o elitismo e a desigualdade social e regional são marcantes na história da sociedade brasileira e como isto tem relação direta na organização e estruturação da educação, em especial o ensino superior.

Essas questões podem ter relação direta com o quantitativo de vagas ociosas nos cursos de graduação das IES e IFES, decorrentes dos índices de evasão e retenção (FRITSCH, 2015). Assim, compreende-se que o fenômeno da evasão e retenção escolar é atravessado pelos processos de desigualdade no acesso e permanência a educação, já que este é um sistema que tem produzido um processo histórico de exclusão, pois funciona predominantemente como um mecanismo de internalização dos conhecimentos, valores e cultura funcionais à reprodução ampliada do capital, o que gera grandes desigualdades sociais (MÉSZAROS, 2008).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte dos dados de evasão e retenção de uma universidade pública federal do interior do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2014 a 2016. A escolha por esse intervalo de tempo se deu em virtude

de ser o período de efetivação da lei 12.711/2012, que dispõe sobre a implantação da reserva de vagas de ingresso nas IFES para estudantes negros, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

A instituição pesquisada é originária de uma Escola Superior de Agricultura, criada em 1967, tendo como mantenedora o poder executivo municipal. Em 1969, a referida escola foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior e desde 2005 foi transformada em universidade federal. Atualmente, a instituição possui 04 campi, todos localizados na região do semiárido nordestino. E atende aproximadamente 10 mil estudantes, distribuídos em 45 cursos, sendo 02 na modalidade a distância.

Esta pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Pretende-se apresentar um panorama geral dos dados de evasão e retenção de uma universidade pública federal que foi criada no processo de expansão e interiorização das IFES nos anos recentes. As informações discutidas ao longo do trabalho foram coletadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da instituição pesquisada.

## **EVASÃO E RETENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

A evasão e a retenção no ensino superior são fenômenos mundiais que tem afetado os sistemas educacionais em geral, especialmente os de nível superior. Latiesa (1992) fez um estudo e apontou que os melhores índices de diplomação do sistema universitário são da Finlândia, Alemanha, Holanda e Suíça, enquanto que os piores resultados se verificavam nos Estados Unidos da América (EUA), Áustria, França e Espanha.

Margiotta, Vitale e Santos (2014), apontam a Itália como o país com o pior índice de evasão da União Europeia, justificando pelas mudanças ocorridas no início do novo milênio, as migrações, a globalização dos mercados e a estagnação econômica. No Brasil, as perdas financeiras com a evasão e a retenção no ensino superior são de aproximadamente R\$ 9 bilhões anuais e observa-se que apenas 47,2% dos estudantes se titulam após quatro ou cinco anos de curso (GEMAQUE; SOUZA, 2016).

De acordo com o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (2016), no ano de 2015, o índice total de evasão anual nos cursos de graduação presencial das IES brasileiras foi de 18,3% nas públicas e 27,9% nas privadas. As taxas de evasão são maiores entre os cursos tecnológicos, chegando a 37% na rede privada e 23,9% na pública. Esses dados são calculados com base no quantitativo de estudantes desistentes em relação ao total de matriculados. No Rio Grande do Norte, local de realização dessa pesquisa, a porcentagem de evasão anual dos cursos de graduação presencial é de 25,1% na rede privada e 20,9% na pública.

Em um estudo realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das IFES, a taxa de retenção nas universidades federais por região, no ano de 2014, estava distribuída da seguinte forma: Nordeste (23,4%); Norte (24,6%); Sudeste (20,9%); Sul (20,1%) e Centro-Oeste (17%). Ainda segundo este estudo, as áreas com maiores índices de retenção nos cursos de graduação das IFES são: Humanidades/Artes (29,9%); Ciências/Matemática/Computação (27,1%); Serviços (27,1%) e Educação (26,3%). As áreas de Saúde/Bem-Estar Social (9,1%) e de Agricultura/Veterinária (15,5%) aparecem com os menores índices (FORPLAN, 2016).

Esses dados mostram como vem se configurando o cenário da evasão e retenção a nível nacional, evidenciando que essas taxas têm apresentado índices significativos, que precisam ser acompanhados, analisados e problematizados, de modo a criar estratégias de enfrentamento que possibilitem aos estudantes ingressantes nas IES a continuidade e conclusão de seus cursos de graduação.

## **EVASÃO E RETENÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL**

A instituição pesquisada foi criada durante o processo de expansão e interiorização das IFES, que ocorreu nos últimos anos por meio do papel indutor do Estado Brasileiro. Sendo, portanto, uma universidade relativamente jovem, que se encontra em processo de organização e estruturação interna. Observou-se que a quantidade de vagas ofertadas nos cursos de graduação presencial, no período de 2014 a 2016, teve um aumento bem significativo, conforme verifica-se no quadro abaixo:

**Quadro 01 – Vagas ofertadas na graduação de 2014 a 2016**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de vagas ofertadas</b>
2014	3280
2015	3400
2016	3540

Além disso, foi possível perceber que houve um aumento expressivo do número de estudantes ingressantes e matriculados nessa IFES no período de 2014 a 2016, mas o quantitativo de discentes que concluíram os cursos de graduação estava abaixo da média do número de ingressantes, podendo evidenciar um quantitativo significativo de estudantes retidos, como mostra o quadro 02.

**Quadro 02 – Número de estudantes ingressantes, matriculados e concluintes**

<b>Ano</b>	<b>Ingressantes</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Concluintes</b>
2014	2967	7218	727
2015	3122	7411	789
2016	3404	8061	1092

Os dados supracitados podem estar indicando que no período de 2014 a 2016, a universidade pesquisada se encontrava em processo de crescimento e ampliação de seus cursos de graduação, contudo apresentava uma taxa de sucesso acadêmico na graduação (indicador de

tempo de permanência regular no curso de graduação) em torno de 34%, considerada relativamente mediana se comparado com o quantitativo de estudantes ingressantes e com a média das outras universidades, que girava em torno de 49% (FORPLAN, 2016).

Os dados do SIGAA mostraram ainda que a média do índice de evasão no período analisado foi em torno de 10%, e os cursos com maiores indicadores foram: Engenharia de Petróleo (27%), Zootecnia (25%), Engenharia de Pesca (23%), Ecologia (22%), Ciências da Computação (16%) e Ciência e Tecnologia (14%).

Observou-se também que alguns dos estudantes que evadem, reingressam na própria universidade ou em outra universidade, isto indica que eles não estão saindo do sistema de ensino superior, o que para muitos autores não significa evasão, mas mobilidade estudantil (GEMAQUE; SOUZA, 2016). Mesmo assim, ainda se tem um quantitativo significativo de discentes que acessam o ensino superior, através dessa universidade e não concluem seus cursos de graduação.

O índice total de retenção no período de 2014 a 2016 foi de 49%, e os cursos com maior quantidade de estudantes retidos são: Zootecnia (88%); Ecologia (85%); Ciências da Computação (82%); Medicina Veterinária (80%) e Ciência e Tecnologia (70%). Esses dados são preocupantes e precisam ser monitorados e analisados minimamente, pois a retenção é um dos indicadores que podem propiciar a evasão (FRITSCH, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar as políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro dos últimos anos, é possível perceber que mesmo diante de vagas públicas e gratuitas mais "perto de casa", outros aspectos de ordem econômica, regional, cultural, política e social podem estar condicionando o percurso universitário, fazendo com o que estudante não conclua seus cursos de graduação.

Se, por um lado, as IFES ofertam pesquisa e inovação de ponta no sistema universitário, por outro lado, convivem com o desafio da permanência de seus estudantes, tendo em vista as exigências de acompanhamento do curso, a difícil tarefa de conciliar o trabalho com o estudo e a timidez das políticas de assistência estudantil.

Os dados supracitados indicam a necessidade de monitoramento e acompanhamento mais sistemático dos cursos que apresentam os maiores indicadores de evasão e retenção, de modo a conhecer e problematizar os fatores que perpassam essa questão e potencializar estratégias coletivas de enfrentamento.

Além disso, esses resultados podem estar evidenciando a importância da ampliação das políticas de permanência no ensino superior, para atender minimamente as demandas dos estudantes, e agir preventivamente nos índices de evasão e retenção.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, 24, 5-15, 2003.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil** (Texto para discussão n. 1287). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

DIAS, J. S. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, 31(113), 1223-1245, 2010.

FORPLAN, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior. **Apresentação do Grupo de Trabalho sobre Taxa de Sucesso, Evasão e Retenção nas IFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FRITSCH, R. A problemática da evasão em cursos de graduação em uma universidade privada. **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

GEMAQUE, L. S. B.; SOUZA, L. G. Diplomação, retenção e evasão: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010. São Luís/Maranhão: **Revista Ensino & Multidisciplinaridade**, 2, 1, 84-105, 2016.

HERINGER, R. Expansão do ensino superior no Brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão. **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidade e (Des)igualdade**. Universidade Federal da Bahia, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP.

LATIESA, M. **La deserción universitaria, desarrollo de la escolaridad en La enseñanza superior**. éxitos y fracasos. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. Siglo XXI de Espana Editores, 1992.

MARGIOTTA, U.; VITALE, G.; SANTOS, J. S. O fenômeno do abandono escolar na Europa do novo milênio: dados, políticas, intervenções e perspectivas. Campinas: **Cadernos CEDES**, 34, 94, 349- 366, 2014.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULA, M. F. C.; LAMARRA, N. F. **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

SMES, Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: SEMESP, 2016.